

A IDEIA DE EUROPA: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA À UNIÃO EUROPEIA*

José Pedro Fernandes

Europa: de que se trata? De uma noção da experiência? Da conclusão a que há muito, muito tempo chegou uma fracção da humanidade, de que existe, à superfície do globo, um conjunto de territórios tão aparentados entre si, territórios tão dissemelhantes daqueles que os rodeiam que se tornava necessário um baptismo, que a aposição de um nome a esta personalidade geográfica se impunha, verdadeiramente, de forma indiscutível? Não, mil vezes não.

Lucien Febvre (1944-1945 [2001]: 40-41)

1. A EUROPA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA GRECO-ROMANA

É bem conhecida a origem mitológica da palavra «Europa», que se encontra na Antiguidade clássica grega. O *Dicionário Cultural da Mitologia Greco-Romana* de René Martin (1992: 109) descreve-nos esse mito: a Europa «era filha de Agenor, rei da Fenícia, e irmã de Cadmo. Quando brincava numa praia com as suas companheiras, Zeus viu-a e apaixonou-se. Para a seduzir, transformou-se em touro e prestou-se aos jogos e às carícias das jovens. Europa foi mais ousada e montou no seu dorso; então Zeus raptou-a e atravessou com ela o mar até Creta. Da sua união nasceram Minos, Radamanto e Sarpédon; este episódio marca a origem divina da dinastia cretense de Minos». Como

* O texto deste artigo corresponde ao colóquio efectuado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), a 23 de Março de 2007, a propósito dos cinquenta anos do Tratado de Roma. O seu teor baseia-se essencialmente em dois artigos por nós anteriormente efectuados, o primeiro para a revista *História*, nº 60, intitulado «As Metamorfoses da Europa» (2003), pp. 42-49 e o segundo para a revista *Per-cursos & Ideias* nº 7, «A Ideia de Europa Revisitada», ainda em fase de publicação.

explica o historiador norte-americano da Universidade Johns Hopkins, J.G.A. Pocock (2002: 56), para além da beleza narrativa da explicação mitológica, no mundo antigo, a palavra servia, mais prosaicamente, para designar um continente – a(s) terra(s) helénica(s) situadas na margem esquerda do mar Egeu, a Ocidente do Bósforo, por oposição à terra (continente) situada no seu Oriente, designada por Ásia:

The original distinction took shape in a saltwater area of very limited size, with landmasses all around it. I refer, of course, to the Aegean Sea, the part of the Mediterranean that today lies between Greece and Turkey. The ancient peoples who used that sea and lived around it become aware of what we call the Bosphorus, the narrow waterway that connects Aegean with the larger and, to them, less-known Euxine or Black Sea. They developed myths and folktales that had the effect of giving the name «Europa» to lands lying West of the Bosphorus and the name «Asia» to the lands lying East of it.

Com a ascensão do Império Romano e a sua subsequente conquista do mundo helénico, a palavra continuou a ser conhecida e utilizada, embora não de uma maneira auto-descritiva. Por outras palavras, «Roma podia saber que estava na Europa, mas não se caracterizava a ela própria como europeia» (*idem*: 59). A razão é compreensível, se tivermos em conta que o império Romano não era continental, mas mediterrânico, sendo formado pela hegemonia central da península itálica, essencialmente sobre as zonas da Europa, Ásia e África que bordejavam o Mediterrâneo, com algumas penetrações continentais em profundidade como, por exemplo, no caso do Egipto ou da Arménia.

2. A EUROPA DA IDADE MÉDIA

A divisão do Império Romano, no século IV da era Cristã (392), entre Império Romano do Ocidente (com capital em Roma) e Império Romano do Oriente (com capital em Constantinopla/Bizâncio), e a posterior queda de Roma no século V (476), às mãos dos invasores «bárbaros», levou à desintegração das suas províncias do «Ocidente», provocando uma primeira ruptura na (relativa) unidade do mundo antigo. A segunda ruptura, de consequências ainda mais profundas, ocorreu cerca de dois séculos mais tarde, quando uma revolução religiosa (o Islão), surgida no chamado «Crescente Fértil», levou à conquista árabe-muçulmana de grande parte da Ásia do Império Romano e de

toda a África desse império, desde o Egipto até ao que actual Magrebe¹, incluindo a Península Ibérica. Como também assinala J. G. A. Pocok (*ibidem*: 60), estes acontecimentos provocaram uma «dupla separação da Europa das outras terras mediterrânicas»:

The conquest produced a double separation of «Europe» from other Mediterranean hinterlands: the western provinces went their own way, and the empire that survived was based in Constantinople, with one foot in ancient Asia and the other in ancient Europe, one East and one West of the Bosphorus, Which had originally separated the two. Four and then eight centuries later still, Islamicized Turks from Central Eurasia began and ended the conquest of Arab Asia and Egypt, and of Byzantine Asia and Europe; the principdom of Moscovy set itself the Third Rome, the heir of Byzantium; and this completed a process by which the concept of «Europe» migrated irreversibly to the far western provinces.

Esta dupla separação provocou uma mutação do conceito geográfico de «Europa» para o Ocidente, ao ponto de esta passar a «definir uma península Atlântica chamando-lhe continente». E, de uma maneira similar, o conceito histórico de «Europa» também migrou ao ponto de, tudo o que queremos dizer quando falamos na «História da Europa», se referir à história «da cultura política e religiosa – a altamente distintiva civilização – que apareceu nas províncias de língua latina do extremo ocidental do antigo Império Romano» (*ibidem*: 60).

Esta «migração da Europa» para o Ocidente não pode também ser compreendida sem uma referência ao Cristianismo e ao seu profundo impacto sobre este «processo migratório». Religião nascida nas províncias da Ásia do Império Romano, conheceu, nos primeiros séculos da

¹ Em termos etimológicos, a palavra «Magrebe» significa em árabe «Poente» (ou seja ocidente), e é utilizada por oposição a «*Machreq*» ou «Levante» que significa oriente. O termo é utilizado para designar a parte ocidental do *continuum* geopolítico do mundo árabe-islâmico, sendo «Marrocos» [*El Maghreb*], a simples tradução de Magrebe. Quanto aos países que integram o Magrebe, ou seja, o ocidente do mundo árabe-islâmico, Yves Lacoste refere no *Dictionnaire de Geopolitique* (1993 [1995]: 942), que estes são cinco: Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. Todavia, quer a Líbia, por razões geográficas devido à sua localização no Mediterrâneo central, quer a Mauritânia – em parte por razões geográficas, dado ser um país apenas Atlântico e já bastante afastado da costa mediterrânica, em parte devido ao facto de ser um país de transição entre o Mundo Árabe e a África Negra – não são totalmente consensuais no rótulo países no «Magrebe».

era cristã, uma expansão significativa sobretudo nas áreas geográficas que, após a divisão do Império Romano, ficaram sob controlo de Constantinopla/Bizâncio (o Império Romano do Oriente), as quais abrangem as zonas mais antigas de cristianização (cuja presença ainda hoje se pode detectar, por exemplo, nos cristãos gregorianos da Arménia, ou nos cristãos coptas do Egipto). Sendo mais tardia, a expansão ocorrida do lado Ocidental do Império Romano (Península Ibérica, França, Países Baixos) e nas regiões a Norte deste, que, na sua esmagadora maioria, nunca lhe estiveram submetidas (Ilhas Britânicas, Germânia e Escandinávia), esta foi bastante mais duradoura e consistente, prolongando-se por quase toda a Idade Média.

É através de um complexo processo de fusão entre a cultura da Antiguidade Clássica greco-latina (especialmente na sua versão latina), as práticas culturais dos «bárbaros» que puserem fim ao poder imperial de Roma e ocuparam os seus territórios, e a tradição cristã (latina) medieval que progressivamente se impôs a essas populações, que se explica a «migração da Europa» para o Ocidente. Fundamental é também ter em conta que este processo ocorreu no já referido contexto de separação da «Europa» das outras terras mediterrânicas (quer dizer, do Império Bizantino a Oriente e do Império Árabe/Mongol/Turco a Sul/Ocidente). Uma dos aspectos mais interessantes deste complexo processo de migração/metamorfose da «Europa» foi o facto de, no período medieval, a palavra quase ter desaparecido, e só se utilizar como mera expressão geográfica, sendo «os termos mais frequentemente utilizados para o conjunto europeu, por um lado, Cristandade e, por outro, Ocidente» (Goff 1994: 18). A explicação da falta de utilização da palavra no período medieval, encontra-se, provavelmente, ligada quer às suas raízes mitológicas «pagãs», quer à sua conotação com os territórios do Império Bizantino «oriental». Daí que o Cristianismo latino, especialmente após o cisma ocorrido no século XI, preferisse, compreensivelmente, auto-identificar-se como «Cristandade» (tomando deliberadamente a parte pelo todo), ou «Ocidente» cristão, numa lógica em que o «outro», no contexto da religião cristã, era a «Ortodoxia» bizantina. É neste período histórico que começa a ganhar contornos o conceito de «Ocidente», não como uma mera direcção geográfica ou de bússola, mas associado a um «nós» baseado na partilha das crenças e dos valores do Cristianismo latino.

Não deixa de ser interessante verificar como o aparecimento da

palavra «Ocidente», enquanto conceito identitário e modelo cultural que se auto-afirmou, lenta mas progressivamente, como diferenciado (e superior) face à cultura do «Oriente», apesar de tudo, denota, na linguagem, o fascínio exercido pela cultura «oriental». Isto pode ser detectado, por exemplo, no significado do mais antigo conceito de «orientar», o qual, para além da simples direcção geográfica ou de bússola, ainda hoje significa «fazer seguir o bom caminho», ou seja, a escolha, ou opção certa; e de «orientador» como alguém que dá conselho e ajuda a efectuar opções, pondo no «bom caminho».

3. A EUROPA DO RENASCIMENTO E DO ILUMINISMO

É no período que começa no Renascimento (século XV) e que vai até ao Iluminismo (século XVIII), que a palavra «Europa» é progressivamente (re)introduzida, mas, agora, como uma conceptualização substancialmente diferente da que tinha na Antiguidade. A esta recuperação da palavra obviamente que não foi estranho o extraordinário interesse do Renascimento pela cultura clássica greco-romana, sendo as suas mitologias fonte de inspiração em numerosas obras literárias, de pintura, de escultura, e arquitectónicas. Daí que a deusa «Europa» voltasse também a ser centro das atenções. Deste modo, a identificação como «nós», os «europeus», começou lentamente a emergir nos Estados do «Ocidente» cristão, facto a que também não foi estranho o cada vez mais frequente contacto com povos originários de outros continentes, que lhe eram totalmente estranhos, especialmente a partir da expansão e colonização iniciada pelos descobrimentos portugueses, no século XV. Como explica Anthony Pagden (2002: 33), antes do século XIX, poucos diriam que eram «asiáticos» ou «africanos», quando confrontados com culturas altamente diferenciadas, originárias de outros continentes geográficos. A excepção era constituída pelos «europeus», que já se identificavam a si próprios dessa maneira:

Only Europeans have persistently described themselves, usually when faced with cultures they found indescribably alien, to be not merely British or German or Spanish but also European: «we Europeans» (nos Europai), as the English philosopher Francis Bacon said in 1623.

Mas, uma outra razão explica a crescente utilização, ocorrida sobretudo a partir dos séculos XVII/XVIII de uma palavra «laica», a «Europa», em detrimento de uma palavra de conotação religiosa, o «Oci-

dente» entendido como «Cristandade Ocidental». A (relativa) unidade sob a *Respublica Cristiana* medieval entrou em colapso nos séculos XVI/XVII, no meio de uma grande turbulência, provocado pelo impacto religioso-político das doutrinas de Lutero e Calvino, o qual levou à fragmentação do Cristianismo latino, entre católicos e protestantes. O antagonismo entre a reforma protestante e a contra-reforma católica culminou na chamada «Guerra dos Trinta Anos», que devastou o Ocidente cristão no século XVII. A subsequente paz de Vestefália (1648) abriu, no plano político, o caminho para a progressiva afirmação do moderno Estado soberano (sem a tutela, ainda que formal, do Papa e/ou do Imperador do Sacro Império Romano Germânico). E também abriu, ainda que de uma maneira mais indirecta, o caminho ao processo de separação (e posterior submissão), do poder religioso ao poder político do Estado, e da criação de um aparelho estadual secular, tal como hoje o conhecemos na Europa e Ocidente.

Esse caminho foi sobretudo trilhado pelo Racionalismo e Iluminismo do século XVIII. É a este que se deve a (re)definição da Europa como uma «civilização», um conceito cunhado em 1752 por Turgot, quando preparava uma obra sobre a história universal (Braudel, 1963 [1987]: 17). E, como este fez notar, no sentido que foi dado à palavra «civilização» pelo Iluminismo francês, pode dizer-se, grosso modo, que esta se opõe a «barbárie»: «de um lado os povos civilizados, do outro os povos selvagens, primitivos ou bárbaros» (*idem*: 18). Esta concepção civilizacional de «Europa» pode encontrar-se em historiadores famosos da época, como Edward Gibbon e William Robertson, e em filósofos tão influentes como Voltaire ou Jean-Jacques Rousseau², que desenvolveram um pensamento laico (racional) e usaram a História como arma contra a Igreja Católica e Protestante (J. G. A. Pocock, 2002: 62).

É também neste período que a questão de saber quais os limites geográficos da Europa (o mesmo era dizer da «civilização»), a Leste, que ainda hoje se encontra em aberto, se converteu num tema frequente de análise e discussão. Uma percepção frequentemente partilhada pelos europeus dessa época, que viajavam para além da Alemanha, «para a católica Polónia, a ortodoxa Rússia e a ainda otomana Península Balcâ-

² «As late as 1761, such a relatively hostile witness as Jean-Jacques Rousseau conceded that 'Europe, even now, is indebted more to Christianity than to any other influence for the union... which survives among her members'. It was a union he frequently abhorred but from which he could never quite escape» (Anthony Padgen, 2002: 43).

nica», é a de que entravam, subitamente, num «estranho e arcaico mundo de vastas distâncias, de servidões camponesas, de oficiais brutais – um mundo que correspondia demasiado facilmente, às suas noções recebidas de ‘despotismo oriental’» (Larry Wolff citado por J. G. A. Pocock, 2002: 66-67).

4. A EUROPA DO SÉCULO XIX E DA I GUERRA MUNDIAL

A percepção do «outro» dominante no Iluminismo continua, se não mesmo se aprofunda, durante o século XIX. Na década de 20 desse século, o príncipe de Metternich, chanceler do Império Austríaco, principal artífice da ordem europeia saída Congresso de Viena de 1815, afirmava que a «a Ásia começa na *Landstrasse*», a estrada real que saía para o Sul e para Leste e que ligava Viena às planícies da Hungria (quer dizer, pelos critérios de Metternich os Balcãs não faziam parte da Europa). Mas, a célebre frase do chanceler austríaco não reflectia uma opinião de modo algum singular, ou isolada da visão da elite dirigente europeia do século XIX. Numa linha similar, Otto von Bismarck, o «chanceler de ferro» da Prússia, que foi o grande unificador da Alemanha imperial novecentista, afirmou que «os Balcãs não valiam os ossos de um soldado da Pomerânia». E o arquiduque Francisco Fernando, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, cujo assassinato (1914) esteve na origem directa do desencadear da I Guerra Mundial, terá comentado que «foi um acto de mau gosto para os Húngaros terem vindo para a Europa». Nesta visão eurocêntrica e imperial, a designação de «Próximo Oriente» referia-se à área do Mediterrâneo Oriental, no qual se incluíam os Balcãs. Como afirmava o famoso escritor britânico, Rudyard Kipling, o «Oriente era Oriente e o Ocidente era Ocidente» e, pelos parâmetros europeus novecentistas, o Sudeste Europeu era mesmo «Oriente» (Steven Sowards, 1996: 2-3).

Não deixa por isso de ser irónico verificar a metamorfose (quase) total que o conceito de «Europa» sofreu, quando comparado o significado geográfico que os gregos lhe davam na Antiguidade, com o significado que adquiriu no século XIX (significado esse que, embora de uma maneira mais atenuada, continuou a persistir ao longo do século XX). Como explica J. G. A. Pocock (*ibidem*: 60), a alteração foi tão grande que, a zona geográfica à qual o termo foi originalmente aplicado, hoje, só marginalmente é representada como sendo europeia:

The lands to which the term «Europa» was originally applied – Thrace, Macedonia, Illyria, the more modern Bulgaria, Albania and Serbia – those which the Byzantine emperors considered their European «themes» or provinces – are in our minds only marginally European, inhabited by uncouth warring tribes whose history is not ours and whose problems are none of our business.

Diversas e complexas razões explicam a representação dos Balcãs como o «outro» face à identidade europeia, tal como ela normalmente é definida no «Ocidente europeu». Mas, uma das principais é, sem qualquer dúvida, a presença percebida como «estranha» e «colonial» do Império Otomano nos Balcãs, iniciada no século XIV (um século antes da expansão e colonização europeia). Um dos sinais mais evidentes desse poder «colonial» está inscrito no próprio nome: os «Balcãs». Como explicou o geógrafo francês, Jacques Ancel (1930 [1995]: 41), num interessante trabalho intitulado *Peuples et Nations des Balkans/ Povos e Nações dos Balcãs* (1930), feito a partir das suas observações e experiência pessoal de contacto com essa região, enquanto combatente na I Guerra Mundial na *Armée d'Orient*, a palavra «Balcã» significa literalmente montanha, em língua turca. Neste trabalho, Jacques Ancel parece partilhar, ainda que implicitamente³, da visão «europeia» dominante de que os Balcãs não fazem parte da Europa. De qualquer maneira, é importante notar que Ancel não pretendeu atribuir aos povos e nações dessa região a habitual imagem negativa que os seus contemporâneos normalmente associavam a essa exclusão. Pelo contrário, na sua visão, os povos e nações dos Balcãs eram dotados de uma grande riqueza e diversidade cultural, e foram essencialmente vítimas da ingerência histórica de um «estranho», cada vez mais confinado ao território «asiático», o Império Otomano, o qual, no início do século XX, procurava desesperadamente criar, sem sucesso, uma consciência (pluri) nacional otomana, que lhe permitisse a sobrevivência (*idem*: 168-169):

L'empire ottoman, réduit par le traité de Bucarest à la Thrace orientale et à Constantinople, à la banlieue des Détroits, repoussé, à peu de chose près, hors de la péninsule balkanique, n'est plus qu'un État asiatique, sera bientôt un État «turc» dans le cadre plus restreint

³ Isso pode-se constatar essencialmente na quinta parte do seu trabalho intitulada «A Penetração Europeia», onde começou por questionar: «o que é querer dos Balcãs os Estados europeus?», afirmando, mais à frente que «os Balcãs se converteram num campo de batalha de uma Europa invasora» (Jacques Ancel, 1930 [1995]: 189-190).

des steppes de l'Anatolie. La révolution jeune turque de 1908 avait été une tentative tardive pour faire croire à l'Europe que l'Etat ottoman se muait en une «nation ottomane». Ce n'avait été qu'un nom de plus dans la phraséologie réformatrice du vieil Empire. Quelques hommes ne pouvaient décréter la miraculeuse apparition d'une conscience nationale. Il n'y avait pas de «nation ottomane». Il y avait seulement des nations balkaniques en puissance autour des nouveaux États.

A representação dominante dos Balcãs e do Império Otomano pelos «europeus» do século XIX e início do século XX, como um estranho do Sudeste (a excepção era Grécia ligada umbilicalmente à «Europa» pela cultura clássica, como se pode constatar pelo exemplo de *lord Byron*, o poeta romântico britânico, que foi um dos mais emblemáticos combatentes na guerra da independência da Grécia face ao Império Otomano), permitia resolver, a bem ou a mal, o problema do limite da Europa nessa zona geográfica. Mas é também necessário analisar como era resolvida a questão da sua configuração a Leste. Aqui, o problema era, e ainda hoje é, mais insolúvel, pois, como lembra Jacques le Goff (1994: 6), a «Europa não é senão a ponta do imenso continente asiático, que deverá, por isso, ser denominado euro-asiático».

Face à inexistência de um limite natural como o Atlântico a Ocidente e a Norte, e o Mediterrâneo a Sul, a análise da questão do *limes* (fronteira) da Europa remete inevitavelmente para a relação da «Europa» com a Rússia, e à maneira como esta é percebida pelos «europeus». Ora, como assinala Anthony Padgen (2002: 47) essa percepção variou ao longo da história, oscilando entre sentimentos de exclusão e de pertença, ditados por razões culturais/religiosas/políticas que se projectaram na fluidez e mutabilidade do limite geográfico:

Because of this ambivalence, which survives today, the «official» frontier to the East, always a faintly absurd notion, was forever on the move. At the end of the fifteenth century it advanced steadily from the Don, where it had fixed for a thousand years, to the banks of the Volga; by the late sixteenth century it had reached the Ob; by the nineteenth, the Ural and the Ural mountains. In the twentieth it finally came to rest on the banks of river Emba and the Kerch.

Quer dizer, a fronteira Leste da Europa encerra, ainda hoje, os mesmos problemas do passado, pois, a delimitação efectuada nos séculos XIX/XX – com os montes Urais e os rios Emba/Kerch a funcionarem como *limes* –, não é mais do que uma (discutível) convenção geográfica

que continua a deixar a questão em aberto.

5. A EUROPA DO PÓS II GUERRA MUNDIAL E DA GUERRA FRIA

No século XX, após a II Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria em que se envolveram as superpotências – EUA e ex-URSS – secundadas pelos respectivos aliados, foi amplamente dominada por disputas político-ideológicas e de zonas influência. É este contexto histórico que permite compreender o facto de a referência à Europa, no singular, ter sido largamente preterida pelo uso da palavra Europa, no plural. E que a dimensão cultural e geográfica, que tinham sido, até aí, os principais campos onde se discutia a conceptualização, cedessem lugar à ideologia e aos imperativos estratégicos de tipo político-militar. Na «guerra das representações» subjacente à disputa EUA/URSS, a Europa, no singular, só subsistia, residualmente, na geografia e cartografia dos continentes.

A Europa Ocidental era parte integrante do «mundo livre», e abrangia, grosso modo, os Estados europeus que aceitavam, no essencial, as regras da democracia liberal e do capitalismo de mercado, por oposição ao «outro», a Europa de Leste, organizada segundo os princípios do(s) socialismo(s)-comunista(s) e da planificação económica central. Por sua vez, as «democracias populares» da «Europa de Leste» auto-representavam-se como as verdadeiras democracias, por oposição àquilo que consideravam ser as caricaturas burguesas-liberais da Europa Ocidental. É neste contexto, de primazia de uma conceptualização baseada em imperativos ideológicos e estratégicos que, a recém-formada República da Turquia, por força desses mesmos imperativos, surgiu não só como membro da Aliança Atlântica (1952), como passou a ser rotulada de «mundo livre» e a estar associada à Europa Ocidental. Quer dizer, por razões essencialmente políticas, a Turquia, o Estado herdeiro do Império Otomano, foi substituída na alteridade europeia pela União Soviética, a emergente superpotência mundial e herdeira da Rússia czarista, que era parte indiscutível do «concerto das nações europeias», desde o século XVIII. Ironicamente, quando apreciada a questão de um ponto de vista cultural-civilizacional, a Turquia passou a ser considerada «ocidental», ao contrário da República Checa, da Hungria, da Polónia, etc....

Se a representação dominante da Europa no plural – de Europa Ocidental e de Europa de Leste –, foi construída por razões político-estratégicas evidentes, associadas ao interesse da superpotência dominante do «mundo livre», o mesmo se pode dizer das (contra)conceitualizações que surgiram durante o período do conflito ideológico. A primeira, foi a do general Charles de Gaulle, herói da resistência gaulesa à Alemanha nazi na II Guerra Mundial, e carismático presidente da República Francesa do pós-guerra, o qual propôs, no início dos anos 60 do século XX, a ideia de uma única «Europa do Atlântico aos Urais», que designou por *Europe des Patries*. Este conceito, que apelava à ideia de unidade da geografia e da cultura europeias, foi essencialmente desenvolvido por motivações político-estratégicas, que também não são difíceis de perceber: a vontade de quebrar com as esferas de influência das superpotências, na Europa Ocidental e na Europa de Leste, abrindo caminho a uma liderança francesa, numa única Europa do Atlântico aos Urais. A segunda, foi proposta pelo último presidente da ex-URSS, Mikhail Gorbachev que, década 80, desenvolveu a ideia de uma «casa comum europeia». Este conceito, que, à semelhança da ideia da «Europa do Atlântico aos Urais», do general de Gaulle, também apelava à ideia duma unidade da geografia e da cultura europeias, explica-se, sobretudo, por intuítos político-estratégicos: a procura de novas formas de influência da ex-União Soviética no espaço europeu, quando se começava a tornar claro que, por falência do modelo económico-social soviético, a sustentação político-económico-militar da Europa de Leste era inviável.

6. A EUROPA DO SÉCULO XXI: A EUROPA DA UNIÃO EUROPEIA

Quando analisamos o conceito/ideia de Europa, tal como este é entendido no âmbito do processo de integração das Comunidades/ União Europeia, desde os Tratados de Paris (1951) e de Roma (1957), a sensação que nos fica é da fluidez conceptual do mesmo, pelo menos a avaliar pelo teor dos seus textos político-jurídicos. Por exemplo, no abandonado projecto de Tratado Constitucional Europeu, que foi elaborado no âmbito da Convenção Europeia, no seu título IX, sob a epígrafe «Pertença à União», encontra-se o artigo I-57 que explicitava «os critérios de elegibilidade e processos de adesão à União». Atente-se

no seu teor⁴:

1. A União está aberta a todos os Estados europeus que respeitam os valores a que se refere o artigo 2 [dignidade humana, liberdade, democracia, Estado de direito, direitos do Homem] e se comprometem a promovê-los em comum.

2. Qualquer Estado europeu que deseje tornar-se membro da União poderá dirigir ao Conselho um pedido nesse sentido. O Parlamento europeu e os parlamentos nacionais dos Estados-membros serão informados desse pedido. O Conselho pronuncia-se por unanimidade, depois de consultar a Comissão e após a aprovação do Parlamento europeu.

A questão que de imediato ocorre é a de saber o que é um «Estado europeu». Como o texto do projecto de Tratado Constitucional Europeu em parte alguma o explicitava e os entendimentos sobre os contornos da Europa não são consensuais, a problema continua em aberto, o que, naturalmente, fomenta a incerteza e a controvérsia sobre quem pode ser elegível para membro da UE. A verdade é que a opção dos «legisladores» da Convenção, parece ter sido a de continuar a tradição de não compromisso com qualquer resposta clara e inequívoca (que poderia ser politicamente comprometedor...). Esta vem desde os tempos em que foram instituídas as Comunidades nos anos 50 do século XX e continuou na mais recente Cimeira de Copenhaga, agora já no âmbito da actual União Europeia instituída pelo Tratado de Maastricht (1993). Recordamos que nessa cimeira foram estabelecidos os seguintes critérios: i) estabilidade das instituições democráticas, primado do direito e protecção das minorias; ii) existência duma economia de mercado com funcionamento efectivo e competitividade no mercado único europeu; iii) capacidade de observância das obrigações inerentes à adesão, incluindo a união política, económica e monetária; iv) e criação dos mecanismos administrativos necessários para assegurar que o direito europeu pode ser transposto efectivamente para a legislação nacional. Note-se que pela estrita leitura e aplicação dos critérios de Copenhaga, países como a Austrália, a Nova-Zelândia, o Japão, a Coreia do Sul, etc., até poderiam ser membros da UE!... Claro que esta hipótese, até pelo desfasamento geográfico e/ou cultural dos países em

⁴ Convenção Europeia, *Projecto de Constituição*, Conv/724/03, <http://europa.eu.int/> (26 de Maio de 2003).

questão, não se coloca. Todavia, mostra o absurdo a que pode levar a não clarificação do conceito de «Estado europeu».

Podem-se compreender as hesitações e dificuldade da União Europeia sobre este assunto. A curta análise que efectuámos sobre a ideia de Europa ao longo da História, faz sobressair a percepção de que estamos perante uma realidade evolutiva, que conheceu algumas metamorfoses. É inquestionável a existência de transformações da ideia de Europa, desde a sua origem mitológica, na Grécia da Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média e o Iluminismo, até à actualidade. Daí resulta também a dificuldade em tentar traçar com rigor os contornos da Europa, que se depara, inevitavelmente, com grandes obstáculos, sendo, apenas o mais óbvio, o facto de não existirem fronteiras geográficas indiscutíveis a Leste. Isto permite sustentar, com relativa facilidade, concepções bastante diferenciadas e até algumas quase completamente antagónicas. Face a esta complexidade e à significativa divergência de opiniões, é politicamente compreensível que União Europeia tenha evitado a delicada questão de traçar um conceito de Europa, pois este passaria a funcionar como critério de inclusão/exclusão dos eventuais candidatos, retirando-lhe margem de manobra político-diplomática. Todavia, a questão é que o espaço para esta tradicional atitude de contornar o problema é cada vez mais estreito. A actual candidatura da Turquia – e, eventualmente, de outros Estados de perfil euro-asiático –, vai obrigá-la a uma tomada de decisão. O futuro itinerário da Europa, ou melhor, da União Europeia, no século XXI, qualquer que ele seja, terá de ser o resultado de uma decisão política. Decidir esta questão implica tomar opções e assumir uma determinada visão da Europa – e, implicitamente, do mundo não europeu –, inevitavelmente discutíveis, inevitavelmente geradoras de contestação, mas imprescindíveis para dar rumo ao projecto europeu.

BIBLIOGRAFIA

ANCEL, Jacques (1930 [1995]), *Peuples et Nations des Balkans*, 2ème edition, 1992, réimpression, 1995, Paris: CTHS.

BASTIANETO, Mário (1960 [1971]), *Storia dei Europei* (trad. port. de Maria Manuela Maldonado, feita a partir da 2ª ed. italiana de 1966, *História dos Europeus*, 1971), Coimbra: Arménio Amado - Editor, Sucessor.

BRAUDEL, Fernand (1963 [1989]), *Grammaire des Civilisations* (trad. port. de Telma Costa, *Gramática das Civilizações*, 1989, feita a partir da edição francesa da Arthaud-Flammarion, 1987), Lisboa: Teorema.

CONVENÇÃO EUROPEIA (2003), *Projecto de Constituição, Conv/724/03*, <http://europa.eu.int/> (26 de Maio)

DUROSELLE, Jean-Baptiste (1988 [1989]), *Histoire de l'Europe* (trad. port. de Maria Emília Moura, *História da Europa*, 1989), Lisboa: Círculo de Leitores-Publicações Dom Quixote.

FEBVRE, Lucien (1944-1945 [2001]), *L'Europe. Génese d'une Civilisation* (trad. port., 2001, por Telma Costa, feita a partir da publicação póstuma do curso ministrado no Collège de France), Lisboa: Teorema.

FERNANDES, José Pedro Teixeira (2003), «As Metamorfoses da Europa» in *História* (60), Outubro, pp. 42-49.

____ (2002), *A Segurança da Europa Ocidental: uma Arquitectura Euro-Atlântica Multidimensional*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

FISCHER, Joschka (2000), «Da Confederação à Federação: Reflexão sobre a finalidade da integração europeia», (trad. port., 2000, por Susana Gomes da Silva a partir da versão inglesa colocada no «website» do Ministério Alemão dos Negócios Estrangeiros), in *Política Internacional*, nº 22, vol. 3, Lisboa: CIDECE.

GISCARD D'ESTAING, Valéry (2002) [entrevista], *L'Europe met la Turquie en porte-à-faux* (8 de Novembro).

GOFF, Jacques (1994 [1996]), *La Vieille Europe et la Notre* (trad. port. de Regina Louro, 1996, *A Velha Europa e a Nossa*), Lisboa: Gradiva.

HALECKI, Oscar (1952 [1998]), *A History of East Central Europe. Borderlands of Western Civilization*, (versão na WEB digitalizada por

Andrew L. Simon, 1998) <http://historicaltextarchive.com/halecki/>

HEFFERNAN, Michael (1998), *The Meaning of Europe. Geography and Geopolitics*, London- New York: Arnold Publishers/Oxford University Press.

LACOSTE, Yves [ed.], *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris: Flammarion.

MARTIN, René [ed.] (1992 [1995]), *Dictionnaire Culturel de la Mythologie Gréco-Romaine* (trad. port. de Fátima Gaspar e Carlos Gaspar, 1995, Dicionário Cultural da Mitologia Greco-Romana), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MORIN, Edgar (1987 [1989]), *Penser l'Europe* (trad. port. de Carlos Santos, *Pensar a Europa*, 1989), Lisboa: Publicações Europa-América.

NEUMANN, Iver B. (1999), *The Uses of the Other. The «East» in European Identity Formation*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

PAGDEN, Anthony (2002), «Conceptualizing a Continent» in *Anthony Pagden [ed.], The Idea Of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge MA: Cambridge University Press. [pp. 33-54].

POCOCK, J. G. A. (2002), «Some Europes in Their History» in *Anthony Pagden [ed.], The Idea Of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge MA: Cambridge University Press. [pp. 55-71].

SOWARDS, Steven W. (1996), «'Asia begins at the Landstrasse: Comparing Eastern European and European histories» in *Twenty-Five Lectures on Modern Balkan History (The Balkans in the Age of Nationalism)*, <http://www.lib.msu.edu/sowards/balkan/lecture2.html>

TAVARES RIBEIRO, Maria Manuela (2003), *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*, Coimbra: Quarteto.

YERASIMOS, Stéphane (1993), *Questions d'Orient*, Paris: Hérodote-Éditions La Découverte.